



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640111 - AL (2021/0013114-6)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : ANTONIO GLORISMAN DOS SANTOS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO GLORISMAN DOS SANTOS - BA011089  
ANA CRISTINA CABRAL SANTOS - BA061057  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**PACIENTE** : JANSEN CLEITON DA CONCEICAO ALMEIDA (PRESO)  
**CORRÉU** : MARCELO SENA SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JANSEN CLEITON DA CONCEIÇÃO ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC N. 0808165-74.2020.8.02.0000).

Em razão da prática de furto de R\$ 208.893,25 de uma instituição bancária, mediante escalada, rompimento de obstáculo e concurso de agentes, o paciente teve a prisão preventiva decretada, para a garantia da ordem pública, ainda na fase do inquérito. O prévio *writ* foi denegado, mantendo a decisão segregatória.

Afirma a impetração encontrar-se o paciente submetido a constrangimento ilegal, porquanto a prisão cautelar, na espécie, não estaria arrimada em elementos concretos dos autos, nem teria demonstrado os requisitos do art. 312 do CPP, ainda mais porque é o paciente portador de bons predicados pessoais.

Aduz que em tempos de pandemia de COVID-19 é temerário manter o paciente no cárcere, em condições de superlotação e de precária higiene.

O impetrante requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano, ausente na espécie, pois fixou o acórdão atacado que o encarceramento cautelar está fundamentado na gravidade concreta da conduta, em virtude do modo como os fatos ocorreram.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou teratologia ou flagrante ilegalidade na decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 212/213):

*Quanto à desnecessidade da prisão preventiva frente à pandemia gerada pela COVID-19, o pleito defensivo não merece prosperar.*

*Em primeiro lugar, é preciso salientar que a Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, exarada pelo Conselho Nacional de Justiça, em momento algum assegura aos presos provisórios sejam eles integrantes, ou não, do denominado grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus, a concessão de prisão domiciliar, ou mesmo a conversão da segregação preventiva em medidas cautelares diversas.*

*Nesse ponto, convém transcrever o que dispõe o art. 4º do referido ato, no que importa:*

*Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:*

*I - a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:*

*a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco; [...]*

*Conforme se observa a partir da leitura do dispositivo supratranscrito, o expediente exarado pelo CNJ além de se tratar de uma recomendação (como o próprio nome sugere) deixou expressamente consignado que os magistrados deveriam reavaliar as prisões provisórias (ou seja, ponderar acerca da real necessidade de manutenção da custódia cautelar), priorizando, dentre outras, a análise da situação das pessoas que se enquadram no chamado “grupo de risco”.*

*Para além, o ato exarado pelo Conselho Nacional de Justiça foi cristalino ao asseverar que a reapreciação das prisões provisórias deveria atentar ao “contexto local de disseminação do vírus”, de modo a adequar as providências a serem adotadas à realidade da região, inclusive do próprio estabelecimento prisional.*

*Dito isto, a alegação genérica de risco de contaminação por COVID-19, pelo fato de estar o paciente segregado, em ambiente fechado, não possui o condão de, por si só, justificar a revogação da custódia cautelar.*

*Faz-se necessária a análise dos elementos fáticos que ensejaram o manuseio da medida extrema, a fim de sopesá-los com o risco concreto, demonstrado nos autos, causados, a exemplo, por comorbidades ou enfermidades apresentadas pelo paciente.*

*Dessa forma, importante se faz destacar que a Defesa deve juntar documentos capazes de demonstrar que o réu se encontra em algum grupo de risco ou em uma das outras hipóteses estabelecidas pela Recomendação nº 62/2020, do CNJ, o que não se verifica na hipótese.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, o pedido de liminar se confunde com o próprio mérito da impetração. Deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência